

CPI pode propor até 50 punições

Tarcísio Holanda

O relator geral da CPI que investiga o escândalo do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), confidenciou a alguns companheiros a sua intenção de apontar cerca de 50 parlamentares em diversos graus de delitos, mas pelo menos 25 a 30 para terem os mandatos cassados. Alguns membros da CPI acreditam que Magalhães conseguiu mesmo reunir elementos para propor de 25 a 30 cassações.



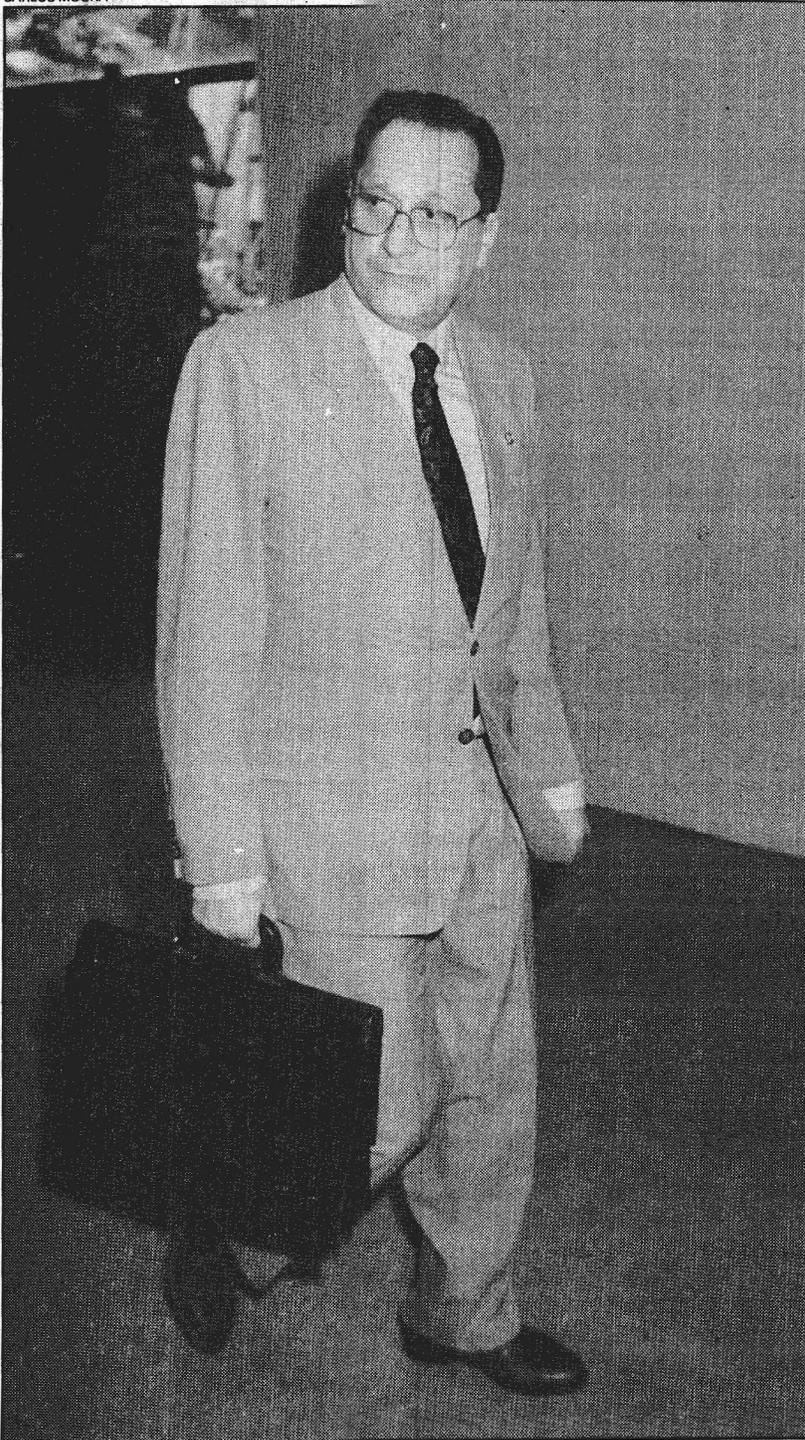
Ao tomar conhecimento de que o relatório conclusivo da CPI poderá propor a cassação de mandatos de 25 a 30 parlamentares, o deputado Gastone Righi (SP), ex-líder do PTB, disse receiar de que isso possa levantar um sentimento irresistível de corporativismo entre os deputados, dificultando a aprovação da medida extrema para muitos.

O senador Elcio Álvares (PFL-ES), membro da CPI, confessava, ontem, que tem observado o crescimento de **anti-corpos** dentro da Câmara, desde o momento em que se admitiu abertamente a possibilidade de que o relatório conclusivo da CPI venha a sugerir a cassação de mandatos de mais de vinte parlamentares. "Estou sentindo esse anticorpo", disse o senador capixaba.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do Governo, não teme que se forme uma grande resistência na Câmara se a CPI decidir propor a cassação de 25 a 30 deputados. Simon acha que se a CPI decidir sugerir a cassação de 25 a 30 parlamentares, estes estarão condenados irreparavelmente pela opinião pública antes mesmo que o plenário da Câmara dos Deputados tome uma decisão.

"Se a Câmara dos Deputados não cassar, será pior para ela. Se a expectativa é de que as eleições

CARLOS MOURA



Magalhães: cassações propostas devem ficar entre 25 e 30

renovem 80 por cento da Câmara dos Deputados, caso houver essa resistência, a renovação poderá ser quase total, o que é pior para os deputados", previu Pedro Simon. Ele prefere acreditar que os parlamentares revelarão a neces-

sária sensibilidade para aprovar a cassação do número que for sugerido pela CPI.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente da Subcomissão das Subvenções Sociais da CPI do Orçamento, acredita

que as propostas de cassações não ultrapassarão a 20. Poderia ultrapassar esse número em um ou dois parlamentares, caso surgisse um fato novo, no que geralmente não se acredita, avalia o senador.

O deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), designado para relator do processo contra o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), porque o relator-geral se considerou impedido eticamente de tratar do caso, uma vez que é correigionário e conterrâneo de Fiúza, julga que 20 é um número exagerado. "Eu prefiro ficar nos 12", disse.

Roberto Magalhães, segundo esses informantes, está disposto a sugerir um número determinado de cassações de mandatos como deverá propor também suspensão de mandatos. Também está afastada qualquer possibilidade de prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do Orçamento. O senador Garibaldi Alves está certo de que o relatório final será aprovado impreterivelmente no dia 24 de janeiro.

O senador Elcio Álvares adverte que é preciso encerrar a fase investigatória do Congresso com esta CPI do Orçamento. Para ele, não há dúvida de que a CPI está cumprindo com o seu dever e deverá apontar os responsáveis pelas irregularidades para a aplicação das devidas penalidades. No entanto, Álvares desaconselha a abertura de CPIs para a CUT e as empreiteiras, argumentando que seria abrir caminho para a instauração de um violento conflito de interesses em ano eleitoral.

"O que tivermos reunido contra empreiteiras, contra outras pessoas em outros esquemas de corrupção, devemos enviar para o Ministério Público", disse o senador Elcio Álvares, desaconselhando a continuação de um processo investigatório que poderia perturbar irreparavelmente o processo de revisão constitucional. "Eu sou a favor da CPI do Orçamento, mas, também, sou a favor da revisão constitucional", explicou Elcio Álvares.